



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS GUARABIRA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

**ANA RAQUEL BARBOSA DA SILVA**

**CLASSES POBRES E GENTE NEGRA LIBERTA NA PARAHYBA DA  
PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX**

**GUARABIRA-PB  
DEZEMBRO/2012**

**ANA RAQUEL BARBOSA DA SILVA**

**CLASSES POBRES E GENTE NEGRA LIBERTA NA PARAHYBA DA  
PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Coordenação do Curso de História, como requisito parcial a obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**GUARABIRA-PB  
DEZEMBRO/2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S587c

Silva, Ana Raquel Barbosa da

Classes pobres e gente negra liberta na Parahyba da passagem do século XIX para o século XX / Ana Raquel Barbosa da Silva. – Guarabira: UEPB, 2012.

34f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

1. Preconceito Racial 2. Classes Pobres  
3. Negro I.Título.

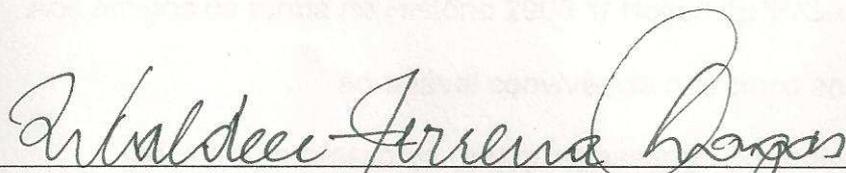
22.ed.CDD 320.56

**ANA RAQUEL BARBOSA DA SILVA**

**CLASSES POBRES E GENTE NEGRA LIBERTA NA PARAHYBA DA  
PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX**

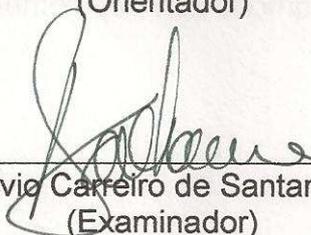
**Aprovada em, 05/12/ 2012**

**BANCA EXAMINADORA**



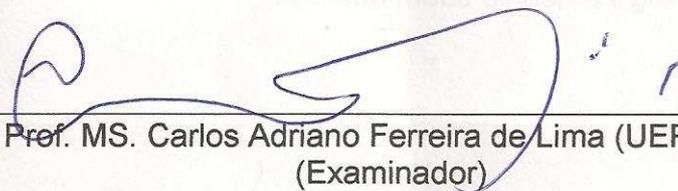
---

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/DH)  
(Orientador)



---

Prof. MS. Flávio Carreiro de Santana (UEPB/DH)  
(Examinador)



---

Prof. MS. Carlos Adriano Ferreira de Lima (UEPB/DH)  
(Examinador)

**GUARABIRA-PB**

**DEZEMBRO/2012**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente, por me proporcionar a imensa alegria de concluir este curso;

Aos meus pais que sempre me apoiaram estando ao meu lado em todos os momentos da vida;

Ao orientador Prof. Waldeci Ferreira Chagas, pela orientação e dedicação na construção deste trabalho monográfico;

Aos amigos da turma de História 2008.1/ Noite/UEPB/Guarabira, pela agradável convivência nos cinco anos de curso;

A todos (as) professores (as) que passaram por nossa turma nos transmitindo conhecimentos que nos acompanharão por toda vida pessoal e profissional;

A todos meus sinceros agradecimentos! Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho aborda a questão das classes pobres, sobretudo, a população negra brasileira, e paraibana. Para tanto, atentamos para as condições que lhes foram determinadas pela sociedade de final de século XIX e início do século XX. O principal objetivo foi identificar as condições de vida desta população inferiorizada e marginalizada em meio à sociedade moderna que a excluiu quando da construção da identidade nacional brasileira. Para realização deste trabalho recorreremos aos estudos culturais, sobretudo, aqueles que discutem a relação entre a história e a literatura e o uso desta na construção do conhecimento no campo da história. Neste sentido recorreremos aos pressupostos teóricos de autores como Pesavento (2004) e Certeau (2006). Ainda analisamos textos literários de José Lins do Rego e deles capturamos as condições a que as pessoas pobres, entre elas as negras ficaram após a abolição da escravidão. Nas obras desse autor, o foco central é a Paraíba, por isso, recorreremos ao diálogo entre a história e a literatura para pensar acerca das pessoas pobres e negras. As obras literárias utilizadas foram “Menino de Engenho” (1980), “Meus Verdes anos” (1980), e “O Moleque Ricardo” (1980). Além de autores que abordam as classes pobres e negras como sujeitos da história, entre eles: Chalhoub (1996), Rocha (2006) e Carril (2006).

**Palavras-chave:** pessoas negras, classes pobres, preconceito racial.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                                                                                 | 06 |
| <b>CAPÍTULO I</b><br>O dialogo da história com a literatura, a história cultural e a<br>construção do conhecimento..... | 09 |
| <b>CAPÍTULO II</b><br>As classes pobres no Brasil de final do século XIX e início do<br>Século XX.....                  | 16 |
| <b>CAPÍTULO III</b><br>A condição das pessoas negras libertas na Paraíba do final do<br>Século XIX.....                 | 23 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                                                                       | 33 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                                                                                | 34 |

## INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende discutir a condição das classes pobres e pessoas negras na Paraíba após a abolição da escravatura no final do século XIX. O que mudou na vida dos libertos, para onde foram, que funções ocuparam na sociedade, e sua inserção no mercado de trabalho devido às transformações ocorridas nas relações de trabalho com a formação do mercado capitalista, rompendo com a relação senhorial-escravista. Nesta perspectiva, investigam-se as condições da população negra que acabara de passar pelo processo de libertação e seu destino até as primeiras décadas do século XX.

O trabalho traz uma abordagem sobre as pessoas negras que ao longo da história no Brasil foram excluídas e vítimas de racismo por uma sociedade influenciada pelo discurso europeu de que o branco é superior e “civilizado”. Enquanto os africanos são inferiores, cabendo-lhes apenas o desprezo de suas práticas culturais.

Este trabalho está dividido em três capítulos trazendo uma abordagem sob a nova perspectiva da historiografia. O primeiro capítulo está voltado para a análise de textos teóricos que enfocam a história e as transformações ocorridas neste campo com a história cultural e sua contribuição para a construção do conhecimento histórico.

No segundo capítulo está a discussão acerca da vida dos personagens urbanos, ou seja, as classes pobres entre os séculos XIX e XX. Pensamos a partir da nova tendência historiográfica denominada de história cultural. O terceiro discute sobre as pessoas negras libertas e as condições a que passaram a viver na Paraíba.

As discussões contidas neste estudo estão fundamentadas na nova historiografia sobre a escravidão e as classes pobres; uma produção que tem registrado e analisado a presença das pessoas negras na história do Brasil, bem como a sua participação no processo de formação da nação brasileira. Trata-se de uma história por muito tempo negada e silenciada pela historiografia considerada tradicional.

Para a realização do presente trabalho foram analisadas as obras de autores que tratam justamente dos excluídos e marginalizados da história (as

peças negras e as classes pobres). Sejam eles escravizados ou livres, essa gente teve sua vida marcada pela intolerância racial devido, sobretudo, à cor da sua pele. Segundo Carril (2006) no Brasil a cor se tornou um componente que permitiu a hierarquização social e atribuiu aos africanos estereótipos negativos quando comparados aos europeus. Nessa perspectiva dialogamos com autores (as) como: Chalhoub (1996), Gomes (2005) e Carril (2006).

Também recorreremos à literatura como discurso teórico do conhecimento e fonte de pesquisa para a história. Na perspectiva de Pesavento (2004) a literatura não é o real, mas o representa. Por isso, é uma fonte especial para o historiador visto que conta sobre o tempo e o lugar do (a) autor (a); lugar no qual se constitui a operação historiográfica formulada por Certeau (2006).

Com base na relação da história com a literatura foram investigadas três obras literárias de José Lins do Rego com a finalidade de capturar dessas obras as cenas em que o autor se refere às condições das pessoas negras após a abolição. As obras lidas são: “Menino de engenho”, “Meus verdes anos” e “Moleque Ricardo”. Nessas obras encontram-se as situações em que os cativos geralmente ficaram após a abolição da escravidão nos engenhos.

Outra questão tratada é a resistência das pessoas negras escravizadas, estas não aceitaram e lutaram pelo fim do cativeiro e assim mostraram que não eram passivas diante da opressão que lhes foi imposta. De acordo com Carril (2006) os quilombos foram uma forma de resistência contra os senhores de engenhos e fazendas. Os escravizados lutaram por seus direitos e para incluir-se socialmente, o que nem sempre foi possível.

Neste sentido, as cidades aparecem como importante cenário a partir do século XIX e início do XX, nelas as pessoas negras se inseriram e reconstruíram suas identidades. Desta feita, a presença da cultura afro-brasileira no Brasil é uma realidade, portanto, uma herança cultural deixada pelos escravizados. Por isso, a diversidade cultural é uma característica do Brasil da qual os africanos tem grande participação.

A partir das investigações aqui expostas, dar-se visibilidade as pessoas negras nos contextos históricos, sociais e culturais, como forma de denúncia do preconceito racial ainda existente no Brasil. As condições do

tempo de cativo como também dos libertos, em especial na Paraíba e as dificuldades encontradas pelas pessoas negras para viver nas cidades; principal cenário de sobrevivência destas após abolição são discutidas ao longo destas páginas.

## CAPÍTULO I

### O DIALOGO DA HISTÓRIA COM A LITERATURA, A HISTÓRIA CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

As alterações ocorridas no campo da história nos anos 1970 com as rupturas epistemológicas devido às críticas ao marxismo e Annales, resultaram numa nova corrente historiográfica, a história cultural ou nova história cultural. A partir de então emergiu uma nova forma de fazer história voltada para outras questões e problemas, campos e temas.

Com a condenação no século XX da vertente positiva de Ranke e Comte, a escola dos Annales e o marxismo foram às tendências dos historiadores para suas fundamentações teórico metodológicas privilegiando os níveis econômico e social, mas relegando a cultura. O que causou certo vazio teórico. Devido à crise dos paradigmas, historiadores franceses dos Annales e historiadores ingleses neomarxistas trabalharam com a linha social voltada para o lado cultural, das mentalidades.

Novas mudanças epistemológicas concorreram para o novo olhar da história. A representação passou a ser uma forma de os historiadores decifrarem a realidade do passado, do não visto e não vivido através de fontes e documentos, o que se tornou um desafio para o historiador.

Junto com a representação, o imaginário apresentou-se como outro conceito das mudanças da história cultural. Para o filósofo Castoriadis *apud* Pesavento (2004) o imaginário é a capacidade humana para representação do mundo. Ao discutir essa questão Le Goff *apud* Pesavento (2004) também afirma que tudo aquilo que o homem considerava acerca da realidade é o próprio imaginário.

A ficção na escrita da história como outro conceito epistemológico que aproxima a história da literatura rendeu muita discussão a partir dos anos 1980. A história, com a construção do discurso sobre imaginário se aproximou do que teria ocorrido um dia, passou a fazer uso da ficção.

Para Davis *apud* Pesavento (2004), a história é uma maneira de ficção, assim como a literatura. Segundo Ricoeur *apud* Pesavento (2004), história e

literatura são formas de conhecer o mundo, o que as difere é o fato de a história ter a pretensão de chegar ao real acontecido.

O campo de investigação da história cultural, as relações entre história e literatura, se apresenta de forma expressiva:

Para a história cultural, a relação entre a história e a literatura se desenvolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real (PESAVENTO, 2004, p.80).

A história e a literatura são formas de explicar o presente, inventar o passado e imaginar o futuro, se utilizando da narrativa para falar dos fatos dos quais se propõem.

São ambas as formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor. Isso tudo diz respeito às aproximações que unem a história e a literatura (PESAVENTO, 2004, p.81).

A discussão acerca da verdade e ficção, a utilização das estratégias fictícias, as reconstruções do passado e a forma que lida com a verossimilhança faz com que a história cultural se identifique com a literatura. A história ao se utilizar da literatura, formula as perguntas colocando as questões, e a literatura entra em cena como fonte.

Se a história cultural está em busca do resgate das representações passadas, se almeja atingir aquele reduto de sensibilidade e de investimento primário na significação do mundo, a literatura é uma fonte realmente especial: ela pode dar ao historiador aquele algo a mais que outras fontes não fornecerão (PESAVENTO, 2004, p. 82).

A literatura permite ao historiador acesso ao clima de uma determinada época, ao pensamento das pessoas sobre o mundo, sobre si próprias, os valores, os preconceitos, medos e sonhos. A literatura permite chegar ao mundo das sensibilidades, já que o conceito da nova história cultural lida com as sensações, o emocional, a subjetividade, os valores, perfis. Ela se torna representação do real, fonte especial para a leitura do imaginário. É por meio da literatura que se

encontram indícios para pensar como e por que as pessoas agiam de uma forma ou de outra forma, o que escandaliza o que é aceito, condenado ou proibido em uma sociedade. Possibilita compreender as formas de agir das pessoas e os valores que as guiavam. Porém, a literatura é fonte de si própria. Ela não se preocupa em narrar coisas que ocorrem/ocorreram, o que a distingue da história que é a narrativa do que aconteceu, onde o historiador tenta chegar o mais próximo da verdade. O tempo da produção literária é o da sua escrita e não o tempo da narrativa, do acontecido.

Por outro lado, a literatura é fonte de si mesma. Ela não fala de coisas ocorridas, não traz nenhuma verdade do acontecido, seus personagens não existiram, nem mesmo os fatos narrados tiveram existência real. A literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita (PESAVENTO, 2004, p.83).

A literatura é tomada a partir do autor e sua época. Quando o texto literário fala do tempo de seu autor, o historiador usa-o para resgatar as sensibilidades, razões e sentimentos da época. Se tratando de um texto literário que fala do passado, um romance histórico, há a possibilidade do acesso ao passado no tempo da sua escrita, e não a busca pela verdade de outro tempo.

No caso da literatura de ficção científica, que fala de acontecimentos de uma temporalidade ainda não ocorrida, o historiador usa como fonte para saber como as pessoas de uma época pensavam o seu futuro. A literatura fornece pistas para o historiador entender o tempo de sua escrita, as explicações para o comportamento da sociedade de determinada temporalidade. O historiador se ocupa em deter as sensibilidades, o que causava emoção, alegria, medo.

Ao utilizar o texto literário como fonte o historiador lida com as aproximações e distanciamentos entre o que teria acontecido e o real acontecido para a sua narrativa histórica.

A utilização do texto literário pela história permite levar mais longe o deslocamento da veracidade à verossimilhança, pondo em discussão os efeitos de real e de verdade que uma narrativa histórica pode produzir, tomando o lugar do que teria acontecido um dia (PESAVENTO, 2004, p.84).

Considerando que a literatura representa o real sobre a época de sua escrita e de seu autor, a história cultural busca os traços do passado para entender o homem na sua temporalidade, sua cultura, suas sensibilidades e suas formas de agir na sociedade. A literatura é para o historiador cultural uma fonte privilegiada no que diz respeito às representações do homem em cada época de sua história, e, portanto, relevante ao processo de construção do conhecimento no campo da história.

Discutindo sobre essa questão Certeau (2006) afirma que o fazer história é uma operação. A operação historiográfica constitui uma relação entre um lugar social, práticas e uma escrita. Nessa perspectiva o texto do historiador é uma investigação do fazer historiográfico, visto que discute o trabalho do historiador e sua função de dar voz ao não dito. Para Certeau,

Encarar a história como uma operação será tentar de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto (CERTEAU, 2006, p.66).

Nesse sentido, Certeau afirma que a história como disciplina faz parte de um lugar social, pois, “a escrita histórica se constrói em função de uma instituição”.

Os argumentos do historiador apresentados no texto sobre a operação historiográfica e sua relação com o lugar social possibilita dizer que a pesquisa histórica é articulada com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, onde se submete às imposições, privilégios e particularidades. A partir do lugar social os métodos vão sendo instaurados sob a organização de documentos e questões.

Segundo Certeau (2006) uma determinada “situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso.” Se a história diz de uma sociedade, cabe afirmar que prática histórica é relativa à estrutura da sociedade. O lugar vai permitir ao historiador as pesquisas e problemáticas.

A prática de fazer história é relativa ao lugar e ao tempo. Cabe a cada sociedade pensar historicamente através de seus próprios meios. Ao se apropriar do lugar social, o historiador trabalha com seus métodos certos objetos físicos que são as imagens, os sons, os papéis entre outros.

Dessa forma, ao trabalhar sobre um material o historiador tem como objetivo o transformar em história. Como novos objetos de estudo para os historiadores, a feitiçaria, a festa, a loucura, a literatura popular, etc., estão incluídos no novo método de fazer história voltada para o campo cultural dando voz aos silenciados.

Sobre a escrita, Certeau (2006) argumenta que “a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim”. O historiador parte da prática para a escrita, a história torna-se um texto. Segundo Certeau (2006), as citações seriam necessárias para legitimar os argumentos propostos pelo historiador. As citações atribuem credibilidade ao seu trabalho e ao seu discurso, presentifica o ausente.

Assim, a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete discretamente a um lugar de autoridade (CERTEAU, 2006, p.101).

Enfim, a história é uma prática social onde as ideias do historiador nascem desse lugar social. A operação historiográfica estabelece uma relação entre o lugar social, a prática (pesquisas e métodos) e a escrita. Portanto, o lugar social, político e cultural determina as produções do historiador, ou seja, o estabelecimento das fontes, a síntese escrita, o objeto pesquisado, e a historiografia construída.

No processo de discussão da construção do conhecimento histórico são pertinentes às considerações de Figueiredo (2010), pois essa pesquisadora discute os conceitos identitários e literários que se difundiram nas Américas até o final do século XX. Para essa pesquisadora a literatura é uma forma de analisar as identidades culturais. A partir dos estudos literários é possível analisar a identidade dos grupos considerados subalternos e excluídos da sociedade, a exemplo dos indígenas e dos negros, ou seja, discutir, sobretudo, suas representações na escrita.

Os estudos literários são utilizados para discutir os conceitos de mestiçagem, sincretismo, crioulização e hibridismo, principalmente para referir-se às novas culturas, às misturas interculturais por qual passaram a população americana no processo de colonização europeia. Por sincretismo entende-se “a combinação de práticas religiosas tradicionais” (CANCLINI, 2006, p. 28).

As novas culturas resultaram em novos sujeitos, segundo Figueiredo:

Todas as culturas assim colocadas em contato se transformam, ou seja, os europeus que vieram para a América mudaram tanto quanto os africanos e os indígenas, gerando novas formas culturais, novos sujeitos (FIGUEIREDO, 2010, p.87).

A literatura tanto peruana, antilhana, brasileira ou de qualquer outro lugar americano trazem representações dos indígenas e negros que contribuíram para a construção identitária e cultural de determinada nação.

Autores brasileiros como Oswald de Andrade, Darcy Ribeiro, Mário de Andrade e Gilberto Freyre trabalharam com as representações indígenas, imagens, descrições e a identidade nacional. Na literatura, destacam-se José de Alencar, Santa Rita Durão e Basílio da Gama, entre outros que abordaram a temática indianista em seus romances literários inspirados nos fatos históricos.

Sobre os negros e seus elementos culturais, Figueiredo aponta que “desde os anos 1960 tem havido uma produção bibliográfica crescente sobre a escravidão” (FIGUEIREDO, 2010, p.167).

Desta feita a literatura trouxe para a cena social brasileira os elementos e expressões da cultura afro-brasileira, sobretudo, a religião e religiosidade. Nesse interim Jorge Amado é um dos autores brasileiros, além de cantores e compositores, que contribuíram para tirar da invisibilidade a cultura afro-brasileira.

Assim a religião de matriz africana, o candomblé, é vista nas obras de Jorge Amado de forma positiva. Nos seus textos literários esse autor narra a vida dos escravizados e suas heranças culturais, a exemplo do candomblé. Entre suas obras que defendem a religião estão Tenda dos milagres (1969), O cumpadre de ogum (1964) e O sumiço da santa (1988).

Ao discutir a relação história e literatura, Figueiredo (2010) se aproxima de Pesavento (2004) ao dizer que:

O escritor usa os arquivos não para reconstituir a história como ela de fato foi; através dos vestígios deixados, através das expressões culturais lacunares que resistiram através dos traumas que persiste, o escritor conta histórias para testemunhar (FIGUEIREDO, 2010, p.169).

Através de seus textos literários, o escritor conta acontecimentos que não necessariamente se passaram como são contados em suas obras.

Na discussão acerca da relação história e literatura, Figueiredo (2010) também recorreu a Gonçalves *apud* Figueiredo (2010), autora que se inspirou na vida de Luiz Gama; filho de uma africana liberta para fazer seu romance “Um defeito de cor”. Luiz Gama foi um dos principais poetas brasileiros dos oitocentos e um dos mais notáveis defensores dos escravizados e da abolição. Na trama que construiu Gonçalves reconstituiu “ficcionalmente a história de vida de Luiz Gama, sua mãe Kehinde/Luísa Mahin e, através dela, as condições de vida dos escravizados na Bahia do século XIX” (FIGUEIREDO, 2010, p.171).

Na literatura é possível encontrar indícios sobre a vida e as diversas reações das pessoas negras diante do sofrimento por qual passaram no Brasil. A resiliência se evidenciava quando estas pessoas mantinham saúde física e emocional e “viviam com alegria” apesar do sofrimento e de traumas. Uma vez que o banzo se apoiaria na resiliência, pois o banzo é a “doença mental que acometia os africanos aqui chegados e que os levava muitas vezes ao suicídio” (FIGUEIREDO, 2010, p.176).

Assim, foi sendo construída ao longo do tempo a identidade cultural interamericana, com representações das imagens atribuídas aos indígenas, negros e europeus pelos autores. A literatura aparece como uma importante fonte que contribui para a construção identitária e cultural sob diferentes visões e perspectivas.

Diante das discussões acerca da renovação historiográfica uma nova visão começou a ser elaborada e trabalhada por historiadores e intelectuais dando voz aos excluídos e marginalizados pela historiografia. Os negros são exemplos dessa nova perspectiva que dá visibilidade às classes pobres e esquecidos.

## CAPÍTULO II

### AS CLASSES POBRES NO BRASIL DE FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Na perspectiva de compreensão historiográfica e de produção do conhecimento no campo da história a partir das novas fontes, são pertinentes as formulações de Chalhoub, visto que esse historiador ao narrar a demolição do cortiço “Cabeça de Porco” em 1893 traz ao cenário da história o cotidiano das pessoas comuns que, após a libertação da escravidão passaram a viver nos cortiços do centro do Rio de Janeiro. Tais lugares foram vistos pelas autoridades como lugares insalubres, portanto, propícios à proliferação de doenças, além de um verdadeiro “valhacouto de desordeiros”, visto que a grande maioria dos moradores eram pessoas negras livres e libertas.

Sobre o destino tomado pelos moradores despejados, há indícios que o então Prefeito Barata Ribeiro permitiu aos moradores daquele cortiço, a retirada de madeiras para a construção das suas habitações. Porém, o fato é que se instalaram por ali mesmo, ou melhor, em um morro que existia por detrás do cortiço.

Acerca do destino dos despejados do Cortiço Cabeça de Porco, Chalhoub recorre a Lilian Fessler Vaz, visto que essa pesquisadora possui a mais completa pesquisa acerca do destino dos despejados dos cortiços na cidade do Rio de Janeiro. Fundamentado nos estudos dessa autora, Chalhoub afirma que:

De posse do material para erguer pelo menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem. Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres, e pelo menos uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos. Poucos anos mais tarde, em 1897, foi justamente nesse local que se foram estabelecer, com a devida autorização dos chefes militares, os soldados egressos da campanha de Canudos. O lugar passou então a ser chamado de “morro da Favela” (CHALHOUB, 1996, p.17).

Diante de tal exposição, é possível afirmar que a partir da erradicação de cortiços formaram-se as favelas formas de habitação das classes pobres do país.

A proliferação dos cortiços ocorreu nas décadas de 1850 a 1860 com a inserção dos imigrantes portugueses e dos escravizados que obtinham autorização de seus senhores para viverem sobre si. O que seria vantajoso para os senhores, pois era uma maneira de se verem sem obrigação de sustentar seus escravizados.

Para os escravizados, o trabalho extra lhes garantia dinheiro para comprar a alforria. Mesmo antes da abolição ocorrida em 1888, havia a desorganização social do trabalho decorrente do aumento do número de habitantes na cidade. Em meio a essa realidade o cortiço era o lugar mais viável para a acomodação dos escravizados. Sobre essa questão, Chalhoub, afirma que:

Neste contexto, a importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte, no período, eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos. São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amásias morando em cortiços; além disso, encontram-se famílias de ex-escravos que conseguiam se reunir e passar a morar juntos em habitações coletivas após a liberdade (CHALHOUB, 1996, p.28).

Os negros eram os personagens preferenciais dos termos classes pobres e classes perigosas ou viciosas utilizadas pelas autoridades. Entendia-se que o maior vício em um ser humano era o não trabalho, ou seja, a ociosidade. Então, havia a preocupação com as consequências da abolição da escravidão em relação ao trabalho.

Além do problema da desordem pública e da falta do trabalho, existia o fato de os pobres oferecerem o perigo de contágio por causa das condições de insalubridade em que viviam nos cortiços e nas habitações populares da cidade. A solução era encontrar uma maneira para impedir que os cortiços continuassem a serem focos de infecções epidemiológicas. Para isso, houve toda uma política de ideologização da higiene voltada para as habitações coletivas, atingindo o auge a partir de 1891 com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência do país.

As maiores vítimas fatais da febre amarela foram os imigrantes europeus, desta feita a prioridade das autoridades públicas foi o combate ao vômito preto, enquanto a maioria dos negros morria de outras doenças, como a tuberculose e a varíola e as autoridades médicas nada faziam para combater as doenças que

atingiam as populações negras. O descaso e a falta de política voltada para os negros livres e libertos na corte imperial foi uma realidade.

[...] os imigrantes recém-chegados morriam em grande número nesses locais, enquanto a população negra da corte resistia bem ao flagelo na verdade, os negros morriam em números ainda maiores de doenças, tais como a tuberculose e a varíola, que as autoridades públicas não estavam preparadas para- ou não queriam?- sequer perceber, quanto mais priorizar e combater (CHALHOUB, 1996, p.89).

A preocupação estava no embranquecimento da população, era necessário investir na miscigenação de imigrantes contra a herança africana presente no Brasil, por isso a importância da ideologia da higiene e o combate às epidemias disseminadas nas habitações coletivas sujas e superpovoadas. A erradicação delas foi o primeiro passo a ser tomado, a exemplo da demolição da “Cabeça de Porco”. Essa foi a solução encontrada pelas autoridades para resolver um problema social.

O fim da escravidão, com a lei de 1871 do ventre livre, se tornou algo próximo à realidade e o país também se encaminhava para o mercado do trabalho livre e assalariado, conforme vinha ocorrendo em outros países. Daí a preocupação com a febre amarela se acentuou, pois era necessário que os trabalhadores fossem saudáveis:

{...} com a lei de 1871 o país parecia estar se movendo no sentido da transição da escravidão para alguma forma ainda incerta de mercado de trabalho “livre”, a cólera era doença do passado, da escravidão e dos trabalhadores negros. Segundo, considerando-se que o tal mercado de trabalho “livre” era cada vez mais associado à chegada massiva de imigrantes europeus, a febre amarela tornara-se a doença do futuro, do trabalho assalariado e dos trabalhadores imigrantes brancos (CHALHOUB, 1996, p.93).

Com relação a produção do conhecimento na perspectiva dos excluídos, são pertinentes as considerações de Rocha (2009) visto esta historiadora fazer uma abordagem acerca da população negra, suas relações sociais, na família e o parentesco espiritual na Província da Paraíba. Trata-se de um estudo sobre as experiências de vida de negros cativos, forros e livres, analisando as relações

sociais entre eles, a organização familiar e no caso dos escravizados as relações com seus senhores.

É sabido que durante séculos a Igreja Católica influenciou a vida das pessoas de forma bastante expressiva, principalmente na Idade média. Nos oitocentos não foi diferente. Na Paraíba oitocentista também havia o discurso de que por meio da Igreja e da obtenção dos sacramentos se poderia obter a salvação divina. O batismo e o matrimônio foram os sacramentos analisados por Rocha (2009). Essa autora investigou três freguesias da Paraíba, duas da zona rural (Nossa Senhora do Livramento e Santa Rita) e uma urbana (Nossa Senhora das Neves). Os livros paroquiais foram as fontes utilizadas. Mas, apesar das três paróquias oferecerem poucos registros de casamentos de escravizados, é possível obter informações precisas. Sobre os casamentos dos negros de status diferentes, os arranjos eram variados. Segundo Rocha (2009) considera-se que:

Libertos se casaram tanto com pessoas livres quanto com escravas, mas apesar de pouca quantidade da amostra, as mulheres não escravas tiveram mais maridos vinculados ao cativeiro (de sete forras, cinco se casaram com homens escravos e só duas contraíram casamento com homens livres), enquanto dos quatro homens forros, nenhum se casou com mulher escrava, pois tendiam a se casar com as livres (ROCHA, 2009, p.174).

As pessoas negras escolhiam as capelas e os oratórios como os locais do casamento. Os maiores índices estavam nas duas freguesias rurais.

O batismo fora o sacramento mais importante. Era a porta para a vida cristã. Nas três freguesias as mães e os pais cativos tendiam a escolher para padrinhos e madrinhas de seus filhos outras pessoas livres. Buscavam pessoas com status superior. Porém, apesar da preferência por padrinhos e madrinhas livres, na freguesia de Santa Rita há registros de maior participação de escravizados que batizaram as crianças.

Havia também a escolha por madrinha devocional como forma de obter proteção às crianças. Nossa Senhora das Neves era a mais popular das santas entre as pessoas negras:

Como a escolha de madrinha devocional passou a ser crescente a partir da década de 1850, período de início das epidemias que

atingiram toda a província, uma hipótese a ser levantada se relaciona ao desejo das mães em obterem o auxílio e a proteção divina de uma santa (ROCHA, 2009, p.256).

O parentesco espiritual dos negros, o batismo e o compadrio, era uma forma de minimizar o sofrimento do cativo e a possibilidade para a liberdade, no caso dos escravizados.

Além de fontes como os registros paroquiais, Rocha (2009) utilizou em seu estudo as referências existentes em inventários, documentos e cartas de alforria registradas em cartório. Em sua obra a autora citou alguns casos de homens e mulheres que obtiveram a liberdade e os motivos que levaram a essa conquista.

Em meados do século XIX, eram comuns homens e mulheres cativos que residiam na cidade, e em idade produtiva, desempenharem as funções urbanas tais como artista, lavadeira, quitandeira e barbeiro, além de outras atividades. Eles apareciam como perfil de pessoas alforriadas nos oitocentos, entre outros (perfis) como as crianças e amas-de-leite. Contudo, mesmo comprando sua carta de alforria, ao escravizado só lhe era concedida a liberdade após a morte do senhor.

As cartas proporcionadas pelos senhores e pelas senhoras, continham cláusulas evitando o imediato usufruto da liberdade pelo escravizado. As exigências mais frequentes, presentes em 95% das cartas, foram de que os escravos, homens e mulheres, deveriam “servir o senhor até a morte (ROCHA, 2009, p.269)

Enfim, Rocha (2009) trata da gente negra da Paraíba, negros escravizados e livres como sujeitos históricos. Traz informações sobre a população oitocentista e suas relações sociais. O catolicismo europeu praticado pelos cativos e livres e a igreja, a capela como local de sociabilidade, além de espaço religioso. Mostrando que “a prática da religião fazia parte do cotidiano das pessoas que viveram nos oitocentos.” (ROCHA, 2009, p.16).

Segundo Carril a segunda metade do século XIX e início do século XX foi à época áurea do racismo, período em que os escravizados estavam se libertando da escravidão e se deslocando para os espaços urbanos em busca de melhorias de vida e também momento que as principais cidades negras passavam por

modernização. Então era necessário eliminar as características raciais negras da população, pois se pretendia seguir os modelos europeus de modernidade. Os negros foram excluídos e marginalizados da sociedade capitalista que se formara.

Com a abolição houve a inserção do negro na sociedade e junto veio à busca pelo reconhecimento de sua participação no processo de construção da riqueza do país. Nesse momento, o negro se autodeterminou como cidadão, e iniciou a busca pela cidadania.

As pessoas negras mostraram sua resistência e luta desde os tempos do cativeiro. Os quilombos são as formas de manifestação de resistência da comunidade negra local onde se denunciava a exclusão urbana. Nos quilombos os negros obtinham abrigo e proteção desde a fase da colônia até a abolição no fim do Império.

Os estudiosos enfocaram o quilombo como manifestação de resistência à escravidão, entre as quais houve formação de grupos de escravizados fugidos. No geral, os estudiosos tiveram como tendência a análise do quilombo como isolamento e marginalização e consideram o Quilombo de Palmares como o mais extenso e mais resistente, tornando-o mais conhecido (CARRIL, 2006, p.49).

Para sua sobrevivência os quilombos se dedicavam “ao roubo, ao recrutamento e ao sequestro de escravizados, à agricultura, à caça, à coleta, além de à mineração” (CARRIL, 2006, p.5), dependendo do lugar e suas disponibilidades. Quanto ao ouro, os escravizados procuravam para comprar alforria. Os quilombos se estabeleciam em áreas de difícil acesso, em matas fechadas, nas serras e próximos à cachoeiras. Os quilombos atuais reinventados nas comunidades remanescentes quilombolas continuam na luta por sobrevivência, visto que seus territórios vêm sendo ameaçados pelos projetos de modernidade desde a década de 1950 com as construções hidrelétricas, por exemplo.

Ao longo da história de inserção das pessoas negras na sociedade sempre houve a hierarquização racial e esta colocou os africanos e seus descendentes às margens das cidades em precárias habitações (cortiços e depois favelas). No mercado de trabalho recebem baixos salários e ocupam funções como de engraxate, empregada doméstica ou vivem em condições miseráveis. Foi o que ocorreu no processo de formação e metropolização de São Paulo.

À população recém- egressa da escravidão restava à marginalização e os seus dois grandes problemas já mencionados: as precárias condições de moradia e

a escassez de trabalho. As oportunidades de trabalho para os negros eram limitadas e ainda tinham que disputar com trabalhadores livres, ex-escravizados, pardos e brancos. Segundo Carril (2006).

A favela, seguida do cortiço, tornou-se um dos primeiros núcleos de habitação da população recém-egressa da escravidão. Trata-se de núcleo habitacional surgido desordenadamente, em terreno público, de domínio não definido ou mesmo alheio, localizado em área sem urbanização ou melhoramentos (CARRIL, 2006, pp.229-230).

Carril (2006) coloca em seu estudo trechos de músicas de rappers que denunciam a exclusão e o preconceito racial. A favela e a periferia são os lugares em que se evidencia a marginalização inicialmente sofrida pelos negros no Brasil colonial se aprofundando com a inserção nas cidades e a política de branqueamento afastando as pessoas negras dos centros urbanos para as margens. Como resultado, está a longa busca pela cidadania e por seus direitos.

A favela e a periferia são, assim, o lugar onde o Estado não está. Não é a questão do lugar, mas a concepção de que uma parte da população não tem direito ao patrimônio e a riqueza, relações desiguais que têm origem no passado colonial. Nesse período, estava claro quem possuía ou não direitos (CARRIL, 2006, p.231).

Infelizmente foi a condição de marginalizados que as pessoas negras foram submetidas após a tão sonhada liberdade. À população negra e pobre brasileira foi atribuída a maior parte do preconceito racial, pois passou a viver péssimas condições de vida e em condição de exclusão social.

## CAPÍTULO III

### A CONDIÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS LIBERTAS NA PARAÍBA DO FINAL DO SÉCULO XIX

O diálogo da história com a literatura nos permite desvendar fragmentos do que ocorreu no passado, sobretudo, com relação aos grupos excluídos dos bens produzidos, a exemplo das pessoas negras. Nesta parte do trabalho discutimos sobre as pessoas negras na Paraíba no período após a libertação dos escravizados.

Para tanto, recorreremos à literatura, em especial as obras de José Lins do Rego: “Menino de Engenho”, “Meus Verdes Anos” e “O Moleque Ricardo”.

José Lins do Rego: Escritor brasileiro (1901-1957). Nasceu em Pilar na Paraíba, seus antepassados eram em grande parte senhores de engenho. O que lhe deu oportunidade de relatar suas experiências através de seus primeiros romances. Escreveu cinco livros que nomeou Ciclo da cana de açúcar: Menino de engenho, Doidinho, Banguê, O moleque Ricardo e Usina. Neste último relata sobre a decadência do engenho açucareiro no Nordeste.

Menino de Engenho conta a história de Carlos, um menino órfão, que aos quatro anos de idade perdeu a mãe assassinada pelo pai, devido a uma loucura incontrolável. Diante desta situação, Carlinhos foi levado pelo tio Juca para morar no engenho Santa Rosa, propriedade do avô materno, o coronel José Paulino.

Meus verdes anos narra à história de Dedé, neto de um rico senhor de engenho, criado pelos avós paternos e tias, sua mãe morreu no parto. Então vai morar no engenho Corredor.

O Moleque Ricardo É o romance mais político de José Lins. Nesta obra, a realidade nordestina está retratada no personagem Ricardo, que, de moleque e serviçal de engenho, passa a proletário urbano. É a história de um daqueles moleques de oito, aparecidos em Menino de Engenho, abandona Santa Rosa e vai para a cidade com a intenção de mudar de vida.

Na narrativa construída por José Lins do Rego nos três romances acima descritos são pertinentes os seguintes personagens, Carlinhos: narrador do romance Menino de engenho. Órfão vai morar no engenho Santa Rosa, propriedade do seu avô materno. Na obra narra suas experiências no engenho dos 4 aos 12 anos.

O coronel **José Paulino**: Avô de Carlinhos. Poderoso senhor de engenho na região do Pilar, na Paraíba.

**Maria Gorda**: Não sabia falar, articulava uma meia língua. Era de Moçambique e vivia há mais de 80 anos no Brasil.

**Generosa**: Cozinheira para a casa-grande. Negra alta e com braço de homem, tirava tacha de doce do fogo sem pedir ajuda. Era boa como seus doces

**Galdina**: Africana de Angola que andava de muletas. Todos a chamavam de vovó e queriam-lhe um bem muito grande.

**Romana**: Do tamanho de um menino de dez anos, só tinha de grande a cabeça. Viera da África ainda se arrastando

**Moleque Ricardo**: Filho da negra Avelina. Trabalhava no engenho e brincava com o neto do senhor de engenho.

**Dedé**: Narrador do romance Meus verdes anos. Órfão foi morar no engenho Corredor de seu avô. Narra às experiências vividas no engenho.

**Avelina**: Trabalhava no engenho, ajudante da negra Generosa. Mãe de Ricardo. Não tinha marido, mas todos os anos dava sua cria.

**Trabalhadores do eito**: negros que trabalhavam no canavial, na plantação da cana-de-açúcar.

Nestas obras a narrativa se passa em um engenho na cidade de Pilar na Paraíba do final do século XIX, quando as pessoas negras, mesmo livres, permaneceram em condições semelhantes as dos escravizados. Pois trabalhavam de graça, conforme narra o menino Carlinhos. As pessoas negras mesmo libertas do cativo não deixaram o engenho do seu avô, como as negras Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana, das quais filhas e netas lhes sucediam na servidão no engenho. O Menino de Engenho, assim narra:

As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a “rua”, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos (REGO, 1980, p.41).

Na narrativa do menino Carlinhos, as negras não eram maltratadas pela gente da casa-grande, visto que as crianças de lá andavam atrás dos moleques

(negros), pois eram quem mandavam nas brincadeiras, tinham liberdade de brincar como as crianças da casa-grande, apenas não sabiam ler. A velha Galdina, ama de braço do senhor de engenho, era chamada por todos de vovó, todos tinham carinho e respeito por ela.

Outra negra, a velha Generosa continuou a cozinhar para a casa-grande, ela cuidava da cozinha e era boa com seus doces e suas canjicas, continuara a servir os antigos senhores/as e povoar a senzala. Livre da escravidão prevaleceu à servidão. Na compreensão do menino Carlinhos,

A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras do eito (REGO, 1980, p.44).

Os trabalhadores do eito também continuaram servindo ao engenho, a dormir em chiqueiros, comendo nada, e trabalhando como burros de carga. Para o menino era algo natural, obra de Deus. Os negros assim nasceram porque Deus quisera que os brancos mandassem neles, assim como mandavam em seus animais, bois e burros.

Para as pessoas negras do engenho, a abolição não significou nada, pois não mudara nada em sua condição de vida. Continuaram ali na servidão. Conforme narra o menino Carlinhos ao lembrar-se das histórias que seu avô contava na mesa para seus parentes:

Quando veio o 13 de maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com o zabumba batendo. Levantei-me de madrugada, pra ver o gado sair para o pastoreado, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada (REGO, 1980, p.67)

Em “Meus verdes anos” encontramos fragmentos do que ocorreu no engenho após a abolição. O menino Dedé narra fatos em que as negras continuaram no engenho de seu avô. Ele fala de outra negra, Avelina, que permanecera trabalhando na casa grande.

Na velha senzala pegada à antiga moradia de engenho, morava Avelina, ajudante da negra Generosa, mãe do moleque Ricardo. Moleque que tinha seus privilégios, pois todas as roupas envelhecidas do menino Carlinhos eram passadas

para ele. Uma filha do senhor José Paulino era madrinha de Ricardo, com quem Carlinhos mais brincava.

A velha senzala se reduzira a um resto de casa que ficava pegada à antiga moradia do engenho. Chamavam-na “a rua”, talvez pelo alinhado de sua disposição. Ali morava Avelina, espécie de ajudante da negra Generosa (REGO, 1980, p.27).

Nessa obra ao narrar suas experiências no engenho, encontramos passagens em sua narrativa das quais as negras são descritas por Dedé. Ele assim descreve a negra Galdina:

A negra Galdina, de olhar assim como o da cachorra Baronesa, de beijos caídos, contava para nós as histórias da África. Em língua estranha soava o gemido da negra vovó. E mexia com os pés inchados, num sacudir de balanceado de terreiro (REGO, 1980, p.104).

Sobre Maria Gorda o menino narra:

Tremenda negra, perto de quem não podíamos chegar. Esta guardava no coração o ódio de todos os oprimidos. Dormia no último quarto da senzala e gritava contra tudo o dia inteiro. Não falava a mesma língua de vovó. Era de outra nação (REGO, 1980, p.105).

Em sua obra “O moleque Ricardo”, José Lins do Rego muda o cenário de sua narrativa, a história agora se passa na cidade do Recife, pois o moleque Ricardo fugira do engenho, em busca de uma vida melhor para si, sua mãe e seus irmãos. Ricardo aprendera a ler e assinava seu nome, a mãe o botara na escola de Pilar, ele tinha orgulho deste privilégio. “Era uma sensação entrar na rua de cima como um branco”.

Apesar de certos privilégios, Ricardo decidiu partir do engenho com um condutor de trem que costumeiramente passava no Pilar, seu sonho era ser maquinista. Contudo, fora trabalhar na casa do condutor e de sua esposa Dona Margarida. Ricardo botava água nas plantas, cuidava e vendia os cravos para a patroa. Deixou a casa de D. Margarida para trabalhar numa padaria, a princípio como carregador de balaio com noventa mil-réis por mês e lugar para dormir. Depois Ricardo passou a receber 140 mil réis como entregador de pães.

José Lins do Rego ainda narra o cotidiano das pessoas pobres trabalhadoras, sobretudo os da padaria na qual Ricardo trabalhava. Entre eles, os homens negros como o negro do cilindro, que reclamavam sempre do pouco que recebiam do trabalho puxado e cansativo. Mas, Ricardo não reclamava, porque recebia muito mais e trabalhava menos.

Havia o jardineiro, de um senhor de engenho com casa no Recife que conversava com Ricardo nos fins de tardes quando ele ia entregar os pães. Era Seu Lucas, o nome dele. Seu Lucas era visto como um homem misterioso, que não andava com ninguém. Morava sozinho atrás do jardim que cuidava

O jardineiro não andava com ninguém, porque andava com Deus. Todas as noites ele saía da encruzilhada para o fundão. Seu Lucas oficiava num culto. Era sacerdote de xangô, pai-de-terreiro. O que ele ganhava nas flores gastava com o deus dele, com os negros que lhe tomavam a benção, com as negrinhas que dançavam na sua igreja. Estivera preso como catimbozeiro e malfeitor (REGO, 1980, p.33).

Assim Seu Lucas era visto, como um malfeitor e catimbozeiro, até por negros como Ricardo, que sempre enfeitava seu chamado para ver o culto.

Nesta obra também se encontra como era a vida dos negros pós-abolição no engenho. Sobre Mãe Avelina (mãe de Ricardo) que continuou trabalhando na cozinha da casa-grande, sua vida íntima foi exposta quando na narrativa se tem relatado que desde que Ricardo se entendera por gente via sua mãe dormir com outros homens, chegando ,às vezes, a ver tudo o que acontecia no quarto. Porém, o moleque não queria mal à sua mãe por isso.

Mesmo na condição de escravizados, lhes eram permitidas plantações para a sua alimentação. A mãe de Ricardo além de plantar para comer com seus filhos recebia dinheiro com sua colheita.

Trabalhava na casa-grande e ainda lhe sobrava tempo para ter um roçado. Umas braças de milho, de algodão. E os cinquenta mil-réis que fazia na colheita, gastavam com eles. O seu vestido de chita era o que a casa-grande dava (REGO, 1980, p.5).

Rego ainda coloca em sua obra que até as pessoas negras tinham uma imagem negativa de si, pois, o moleque Ricardo reconheceu que nasceu para ser

inferior aos outros. O negro nascera para ser submisso ao branco, o senhor de engenho. Ao seu senhor Ricardo devia servidão.

Mais tarde viu que não valia nada mesmo. Só para o serviço, para lavar cavalos, rodar moinho de café, tirar leite. Negro era mesmo bicho de serventia. Andava pelo mato, espetando os pés atrás do gado (REGO, 1980, p.12).

As pessoas negras que permaneceram na condição de escravizadas nos engenhos sabiam da dificuldade que iriam se deparar “lá fora”, pois, não teriam amparo por parte das autoridades públicas. Suas maiores preocupações estavam na habitação e no trabalho. Para eles continuar no engenho seria o “melhor”. Os trabalhadores da padaria, amigos de Ricardo, Florêncio e negro do cilindro estavam passando por necessidades. Rego narra:

Aquela gente passava mesmo necessidade. Ali eles tinham que comprar tudo, pagava o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho. Lá pelo menos plantavam para comer, tinham as suas espigas de milho, a sua fava para encher a barriga (REGO, 1980, p.31).

Após a abolição por não terem sido amparados nas cidades, as pessoas negras continuaram imersas num novo tipo de desigualdades sociais.

Nos tempos da escravidão as pessoas negras eram consideradas coisas pelos seus senhores e pela lei brasileira. Wellington Aguiar em suas pesquisas nos jornais antigos da Paraíba encontrou, apesar de poucos anúncios de jornais se referirem a cativos quando comparados a outros assuntos, publicações sobre vendas e leilões de escravizados. As fugas também eram registradas com descrições minuciosas como o “Jornal da Parahyba” de 23 de setembro de 1882 anunciara:

Escravo fugido. Fugio, da cidade de Mamanguape, no dia 20 de fevereiro de 1882, o escravo de nome João, côm parda, idade de 16 para 17 annos, cabellos estirados, olhos pretos, rosto pequeno e redondo, orelhas grandes, uma pequena cicatriz na testa, e uma fistula no queixo inferior do lado direito, fransino do corpo (AGUIAR,1999,p.124).

Segundo Aguiar (1999) a Paraíba tinha poucos cativos por ser uma província pobre ao ser comparada com Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Tanto que os jornais não tinham muitos anúncios de escravizados.

Antes da abolição existia um fundo de emancipação de escravizados patrocinado pelo poder público (Câmara Municipal). O dinheiro do fundo vinha do governo destinado à alforria de escravizados. Os cativos eram classificados anualmente e cabia aos seus senhores enviarem ao poder público o nome dos seus cativos. Porém, os senhores na maioria das vezes não mandavam a relação, eles impediam e dificultavam o processo de libertação dos escravizados.

Em relação ao fim da escravidão na Paraíba nos jornais há registros de que a Província não ficou indiferente à sorte dos libertos.

A Paraíba não havia ficado indiferente à sorte dos negros. Aqui se fundaram várias sociedades que tinham por fim angariar dinheiro para alforriar os escravos. Até jornais se dedicaram à propaganda abolicionista. Nunca nos faltou o sentimento humanitário, graças a Deus. Ao apagar-se do solo brasileiro a mancha da escravidão, nossa terra se sentiu feliz (AGUIAR, 1999, p.150).

As principais ruas da capital comemoravam o fim da escravidão. O jornal “Gazeta da Parahyba” em um de seus artigos sobre o fim do regime escravocrata publicou em 17-5-1888 que se o ser humano é um cidadão “não nos esqueçamos de educar os infelizes, cujo espírito procuraram embrutecer, para reduzi-los à condição de besta de carga” (AGUIAR, 1999, p.151).

Houve também a resistência dos senhores quanto à libertação dos seus escravizados. Os negros enfrentaram o problema para alcançar sua liberdade na Paraíba. Engenhos continuavam sob o regime escravocrata persistindo e resistindo em libertar os escravizados. Contudo, havia aqueles cativos que continuaram nos engenhos por ser a única alternativa encontrada diante da falta de compromisso do governo a essa classe pobre, pois não tinham para onde ir.

No Jornal “Gazeta da Parahyba de 18-5-1888 se fazia a seguinte publicação”:

Trabalhem, pois, pela elevação do nível moral e intellectual do escravo, para que elle venha a ter perfeita noção de seus direitos e deveres. (AGUIAR, 1999, p.157).

Nos últimos anos do século XIX a situação das cidades da Paraíba era precária. As ruas estavam mal calçadas, sem limpeza, as casas fracas, os prédios públicos eram pardieiros. Se nas cidades mais importantes do Brasil do final do século XIX e início do XX as condições de vida eram precárias para as classes pobres, na Paraíba não seria diferente, visto que essa província era muito pobre nesse período e as classes pobres, sobretudo, os negros livres e libertos foram os que mais sentiram com a pobreza e o descaso para com essas pessoas.

A Igreja católica e as ordens religiosas tinham escravizados nos tempos obscuros da escravidão, conforme Aguiar expõe em seu trabalho nas pesquisas de jornais da Paraíba.

Porém a história da gente negra no Brasil é fortemente marcada por suas lutas, resistências e mobilizações.

A mobilização das pessoas negras no período pós-abolição abordada por Gomes (2005) traz a atuação de negros libertos e livres em mobilizações políticas no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

A imprensa, os jornais e os periódicos foram meios importantes utilizados para tratar da questão racial e fazer denúncias sobre humilhações sofridas pelos negros escravizados e mulatos. No pós-abolição foi intensa a participação dos negros em mobilizações em diversas cidades brasileiras, sobretudo em São Paulo. De fato, sabe-se que antes da abolição da escravidão surgiram movimentos abolicionistas com mobilização popular e fuga de escravos em massa.

Após a abolição, a luta dos negros continuou, eles almejavam inserção social, política e o fim do racismo. A população recém-libertada causava preocupações aos abolicionistas, fazendeiros monarquistas e republicanos quanto à desordem social e econômica do país. Algumas famílias libertas abandonaram fazendas e outras negociavam sua permanência com seus ex-senhores que lhes garantiam salários, parcerias e roças.

Nos espaços urbanos foi intensa a mobilização dos negros, não apenas os libertos, que surgiram como novos personagens em disputas políticas. Criaram a Guarda Negra no Rio de Janeiro no final do século XIX ganhando visibilidade política na luta para proteger a liberdade do dia 13 de maio.

Havia a insatisfação por parte dos ex-senhores e fazendeiros (republicanos) com a abolição da escravatura gerando conflitos com os libertos

(monarquistas). A maioria da população negra do Rio de Janeiro era monarquista. Libertos e militantes republicanos ocupavam as ruas com manifestações, cada grupo defendia suas opções políticas.

A imprensa teve um papel importante no início da República para as mobilizações negras sendo utilizada para fazer denúncias, reivindicações e homenagear os abolicionistas e a Princesa Isabel.

A chamada “imprensa negra” é a parte mais conhecida e citada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. Devemos considerar, no entanto, que as organizações negras não ficaram reduzidas ao papel desempenhado por ela, a despeito de sua importância (GOMES, 2005, p.27).

Certos jornais tinham espaços de divulgação de suas associações como: reuniões, bailes, festas, entre outras atividades. Surgiram também nesse período vários periódicos semelhantes aos jornais abordando a segregação racial, falta de oportunidades, racismo e violência, principalmente nos espaços urbanos. Os jornais e os periódicos negros tinham como seus protagonistas “uma pequena parcela da população negra alfabetizada” (GOMES, 2005, p35).

O baluarte foi um dos mais antigos e o pioneiro a utilizar o termo “classe de cor”, uma maneira de identificar quem o produziu e para quem se destinava. Os jornais tinham também função educativa, pois eram anunciadores dos valores culturais e morais das pessoas negras.

As pessoas negras possuíam exclusivamente seus espaços de lazer (clubes, bailes). Praticavam o hábito moderno de jogar *foot-ball*. Nesses espaços de lazer:

A solidariedade da “classe de cor” é construída por referenciais comportamentais que a distinguem do “preto comum”, cujo principal estereótipo inclui a brutalidade, o analfabetismo e a miséria relacionados com a escravidão (GOMES, 2005, p.41).

Cabe registrar a participação e o apoio de negros internacionais na causa dos negros do Brasil. Eles traduziam e publicavam as ideias de uma importante liderança norte-americana: Marcus Gorvey.

Contudo, além da atuação em jornais, periódicos e associações, nos anos 20 havia mobilização racial em sindicatos, cultos religiosos e nos espaços de lazer onde se incluía a música e o futebol. No ano de 1926 surgiu o Centro Cívico Palmares com a criação de uma biblioteca comunitária e um ambiente para encontros e conferências. Uma conquista dessa entidade foi à suspensão do decreto do governador de São Paulo em que proibia o ingresso de negros na Guarda Civil e de São Paulo. Em 1931 surgiu a FNB (Frente Negra Brasileira) com grande expressividade atraindo milhares de pessoas.

Com a FNB estava à expectativa de mudança com o momento para politizar questão social, pois a população passava por crise econômica e transformações políticas.

A FNB com vários departamentos oferecia serviços diversos para a comunidade negra, entre eles: salão de barbeiro, cabeleireiro e consultório dentário e médico. Ter a carteira da FNB era motivo de orgulho. Era uma organização que lutava pela inserção social e política contra a intolerância racial e que buscava promover melhores condições de vida, educação, saúde e emprego.

Desde finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX, é certo que surgiram associações, entidades e partidos não só para libertos, mas para e por toda população negra com sua incansável luta contra a intolerância racial. Negros revolucionários que almejavam seus espaços e direitos, proteção e ascensão econômica, política e social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história não nega a existência da população negra e sua presença na formação da sociedade brasileira. Porém, foi quem sofreu as piores humilhações desde os primórdios da escravidão até os dias atuais. Uma vez que sua história foi silenciada e quase apagada pelo preconceito racial muitas vezes camuflado pela elite e alguns historiadores na construção da nação brasileira.

Contudo, é possível afirmar que a população negra é responsável pela miscigenação que resultou na formação da população do país deixando marcas de suas culturas até hoje praticadas.

As obras analisadas revelam a condição das pessoas negras tomada pela intolerância racial, social e cultural em que foram relegados à exclusão. As obras analisadas fazem menção aos lugares que a sociedade deixou para as pessoas negras, a marginalização e humilhação, sobretudo pela discriminação da cor. A mancha da escravidão dificultou a construção da identidade negra privando-a de seus direitos.

A tão sonhada abolição não diminuiu o preconceito tão pouco facilitou a vida dos negros marcada pelas desigualdades sociais, aliás, um dos graves problemas que afetam as classes pobres do país esquecida pelas autoridades políticas. O que favorece as discussões sobre a questão racial e a diversidade cultural do país.

Sendo a imagem da pessoa negra associada ao estereótipo de submissos que aceitam a condição de escravizados, ficou esclarecido neste trabalho que a história dos africanos (escravizados, livres e libertos) vem sendo construída por uma história de muita luta e resistência. Ao longo de sua caminhada houve a luta pelo seu reconhecimento e cidadania.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. **A velha Paraíba nas páginas de jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. Introdução. In: **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusc, 2006.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. SP: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura**. Rio de Janeiro: sete letras, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REGO, José Lins. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

\_\_\_\_\_. **Meus verdes anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

\_\_\_\_\_. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.